

A Guerra na Imprensa: a retórica instável de *O Açoriano Oriental*. A ação da Censura e da Propaganda

NOÉMIA MALVA NOVAIS²⁰¹

Introdução

O papel da Imprensa durante a Primeira Guerra Mundial é crucial.

É através da Imprensa que a guerra é dada a conhecer às famílias dos combatentes e é também através da Imprensa que os soldados tomam conhecimento da guerra que é narrada nos seus países de origem.

Uma análise da Imprensa da época permite perceber que a realidade contada aos leitores é pouco fiel à realidade vivida nas trincheiras.

A crueldade da guerra surge reduzida, o brio dos soldados aparece elogiado, o patriotismo de toda uma nação que se confronta nos campos de batalha em defesa da humanidade é rotulado com parangonas de heroísmo...

Enfim, enquanto instrumento de divulgação da guerra, a Imprensa é tão importante que acaba por ser controlada pela censura de guerra e por ser também manipulada pela propaganda política e de guerra, estando, de livre vontade, ou obrigada, ao serviço dos Estados beligerantes.

É assim em todos os Estados em guerra, incluindo, naturalmente, em Portugal.

Porém, *O Açoriano Oriental* – o decano dos jornais portugueses - acaba por ser um jornal diferente, porque o seu posicionamento, ao longo dos quatro anos da guerra, vai evoluindo conforme o decurso da própria guerra e da política interna.

É esta retórica instável do decano dos jornais portugueses que abordamos neste trabalho intitulado *A Guerra na Imprensa: a retórica instável de O Açoriano Oriental. A ação da Censura e da Propaganda*.

E isto porque esta retórica instável de *O Açoriano Oriental* é relevante para o modo como a guerra é percecionada nos Açores e permite também perceber o peso da insularidade na Imprensa da época da Primeira Guerra Mundial.

²⁰¹ Investigadora Integrada do Instituto de História Contemporânea, NOVA-FCSH.

O Açoriano Oriental (Ponta Delgada, 1834 –): entre o *intervencionismo* e o *anti intervencionismo*

O Açoriano Oriental é, como dissemos, o decano dos jornais portugueses, começou a publicar-se em 1834, portanto, em 1914, conta 80 anos. É um semanário, publicado ao sábado, que tem como diretor, editor e proprietário José Ignácio de Souza, e tem sede no n.º 14 da Rua do Açoriano Oriental, em Ponta Delgada (S. Miguel, Açores). É aqui que escreve, compõe com caracteres tipográficos e imprime as suas quatro páginas semanais que chegam ao continente e ao outro lado do Atlântico, aos Estados Unidos da América, onde tem leitores e assinantes.

A primeira notícia sobre a guerra é publicada por *O Açoriano Oriental* em 1 de agosto de 1914 e refere-se aos telegramas que chegam ao jornal, dando conta de «um conflito internacional de excepcionais proporções»²⁰².

A partir de 15 de agosto (1914), a guerra torna-se tema de abertura da 1.ª página através de artigos semanais da autoria do jornalista José de Souza Calouro. São artigos em que há a preocupação em analisar os motivos e os desenvolvimentos da guerra, bem como em esclarecer a Opinião Pública açoriana acerca das obrigações de Portugal para com a Inglaterra, devido à antiga aliança entre os dois países.

O Açoriano Oriental, através de José de Souza Calouro, vai doutrinando que a guerra “[...] nasceu do ódio das raças e da ambição de muitos» e que as consequências serão para o povo, povo este que considera «o eterno escravizado [...]»²⁰³.

Além da crónica semanal de José de Souza Calouro, *O Açoriano Oriental* noticia também os telegramas que lhe chegam dos diários do continente mas, por vezes, duvida das informações aí relatadas. A certa altura escreve mesmo “[...] que a guerra continua é um facto, mas que as notícias para aqui expedidas não são a cópia fiel dos acontecimentos é também outro facto [...]»²⁰⁴.

Assume, desde o início, uma posição pro aliada, advertindo, ao noticiar os triunfos dos alemães, que “[...] devido à força das nações coligadas», a Alemanha pode não vencer a guerra. Aliás, vai mais longe, considerando que «as nações da Europa não hão-de querer ficar sob a hegemonia da Alemanha [...]»²⁰⁵. Isto porque, apesar de José de Souza Calouro admirar “[...] a pátria de Gothe, de Wagner, de Gutenberg (...), a Alemanha artística, industrial, poética, socialista e científica [...]”, abomina “[...] a Alemanha autocrata e despótica do kaiser e do seu Estado-Maior [...]»²⁰⁶ e sobretudo odeia a guerra.

²⁰² *O Açoriano Oriental*, 1 de agosto de 1914, 1.

²⁰³ *O Açoriano Oriental*, 15 de agosto de 1914, 1.

²⁰⁴ *IBIDEM*.

²⁰⁵ *O Açoriano Oriental*, 5 de setembro de 1914, 1.

²⁰⁶ *O Açoriano Oriental*, 19 de dezembro de 1914, 1.

A seguir, sobre a eventualidade da participação de Portugal no conflito, só considera “[...] *justa a atitude bélica de Portugal – ou no caso do nosso país ter a noção patriótica de dever assegurar a sua autonomia, a dignidade e integridade da sua independência (...) ou serem reclamados pela Inglaterra os serviços do seu aliado [...]*”²⁰⁷.

E quando Portugal anuncia a intervenção no teatro europeu de operações bélicas, o jornal mostra confiança numa vitória próxima dos aliados e preocupação pelas baixas em ambos os terrenos de guerra, aconselhando os portugueses a terminarem – citamos – “[...] *todas as dissenções [...]*”, “[...] *todas as rixas [...]*” e a unirem-se numa “[...] *fé patriótica [...]*”²⁰⁸.

A defesa da fraternidade humana e da intervenção de Portugal na guerra no quadro da aliança luso - britânica são as ideias que corporizam a linha editorial de *O Açoriano Oriental* durante um longo período de tempo e que estão subjacentes à crítica regular aos governos *democráticos*.

A partir de meados de janeiro de 1915 torna-se evidente que José de Souza Calouro segue a linha de Brito Camacho, defendendo, como este, que o exército deve ir para África para impedir que os inimigos se apoderem das colónias, e não para a Europa, como pretende o governo.

Mais: apesar de classificar a invasão alemã de Angola como um “[...] *verdadeiro casus belli [...]*”²⁰⁹, considera que não convém a Portugal ser o primeiro a declarar a guerra. Aliás, o cronista só admite o eventual belicismo português no quadro da aliança luso – britânica, considerando ser dever do governo da República proceder de acordo com a Inglaterra.

Atentemos no que escreve:

«[...] *O governo ofereceu os préstimos à Inglaterra... fez muito bem. A Inglaterra não pediu a nossa ajuda, só agradeceu a nossa disponibilidade... fez muito bem. O nosso proceder agora é esperar que ela peça e só assim o governo apoiado pela Opinião Pública poderá mobilizar o Exército enviando-o aos campos de batalha da França para cooperar com os aliados. Doutro modo o governo seja ele qual for arrisca-se a fomentar a guerra civil no país e as dissenções no Exército. O Exército português quer bater-se, mas com honra, e essa honra consiste no pedido da Inglaterra. Se esse pedido não existe (...) porque razão há-de estar a meter à cara à Inglaterra o nosso Exército se ela por enquanto não precisa? É um disparate e chega até a ser um crime de lesa patriotismo. (...) Arriscar vidas, levar o país a uma guerra com a Alemanha sem que nada nos seja solicitado, não pode nem deve ser. Enviemos sim o nosso*

²⁰⁷ *O Açoriano Oriental*, 12 de setembro de 1914, 1.

²⁰⁸ *O Açoriano Oriental*, 22 de agosto de 1914, 1.

²⁰⁹ *O Açoriano Oriental*, 19 de dezembro de 1914, 1.

exército para África para as imensas porções de território português e evitemos que os inimigos dele se apoderem. A invasão alemã em Angola é um verdadeiro casus belli [...]. O casus belli subsiste mas não convém ao país ser o primeiro a declarar a guerra [...]»²¹⁰.

De jornal pró-aliado a germanófilo e novamente pró-aliado.

Após a morte do diretor - José Ignácio de Souza -, noticiada na edição de 27 de fevereiro de 1915, o jornal altera a orientação editorial. O irmão do diretor, Augusto Ignácio de Souza, torna-se gerente e traz para as páginas do semanário uma notória influência da Igreja católica. As crônicas de José de Souza Calouro desaparecem, tal como as notícias relativas à guerra, que só regressam após a entrada da Itália no conflito.

A partir desse momento, *O Açoriano Oriental* altera novamente a linha editorial, tornando-se germanófilo. A abertura das primeiras páginas passa a ser da responsabilidade de Aníbal Câmara, referenciado pelo Ministério da Guerra e pela Legação da Inglaterra em Portugal como um germanófilo, monárquico enraivecido e pseudo aristocrata.

O jornal, que até então se posiciona ao lado dos aliados na guerra, entrega agora as suas páginas a Aníbal Câmara que critica a moral dos aliados, refere que estão em curso “[...] duas guerras contra o povo alemão: uma, disputando-lhes a hegemonia político-económica; a outra, contestando-lhe a supremacia moral e intelectual [...]”²¹¹, considerando que “[...] os alemães procedem consoante os interesses supremos da pátria (...) que os seus inimigos pretendem lançar na miséria e na vergonha [...]”, e termina com uma interrogação esclarecedora – esta: “[...] Se nós que somos apenas admiradores (mas fanáticos) do povo alemão [...] nos sentimos revoltados com as injustiças dos aliados, como se sentirão os alemães [...]?”²¹².

No último trimestre de 1915, o jornal abandona a linha germanófila mas mantém a influência católica. José de Souza Calouro regressa discretamente ao jornal, começa a escrever artigos de política nacional, assuntos económicos e instabilidade social, dando conta da sua desilusão com a República, chegando mesmo a referir que a diferenciação de regime governamental lhe é «indiferente» e que Portugal precisa de “[...] homens de governo à altura [...]”²¹³, que consigam “[...] impor pela força [...]” as leis do país.

Perante a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em 9 de março de 1916, o jornal noticia assim o estado de guerra: “[...] Desde ontem

²¹⁰ *O Açoriano Oriental*, 16 de janeiro de 1915, 1.

²¹¹ *O Açoriano Oriental*, 24 de julho de 1915, 1.

²¹² *O Açoriano Oriental*, 31 de julho de 1915, 1.

²¹³ *O Açoriano Oriental*, 16 de outubro; 25 de dezembro de 1915, 1.

que Portugal se acha em estado de guerra com a Alemanha. Foi a Alemanha quem a declarou, como consta dos seguintes telegramas publicados hoje pela República [...]”²¹⁴. Na edição seguinte, publica, na primeira página, a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, juntamente com um soneto de José de Souza Calouro intitulado «Viva Portugal» e que termina assim: “[...] Concede que te exalte a toda a hora/E que te cante sempre em voz sonora!/ Meu Portugal! Eu morrerei por ti! [...]”²¹⁵. É um canto patriótico na hora da nação caminhar para a guerra que há ano e meio opunha aliados e potências centrais.

Seguem-se outros artigos no mesmo registo patriótico, como a notícia que refere a ocupação do Quionga, em Moçambique, então colónia da África oriental; uma área que pertencia a Portugal mas estava em poder da Alemanha desde 1894; ou um artigo intitulado “[...] Por Deus e pela Pátria! A fé e o patriotismo dirigido aos nossos soldados [...]”, com o subtítulo “[...] Unamo-nos! [...]”, considerando que “[...] ninguém ignora que está em jogo a independência, a integridade da Pátria. (...) Requer-se, exige-se a União Sagrada de todos os portugueses; a união de todos os patriotas (...). Traduzamos em actos as palavras de tolerância proferidas pelo presidente do governo na sua já famosa declaração ministerial [...]”; e termina referindo: “[...] estão caindo esses bravos e nobres soldados para escreverem, sobre o solo impregnado do seu sangue, que a fé é mãe do patriotismo e que morrer pela pátria é fácil aos que estão prontos a morrer por Deus: pro Deo et Pátria [...]”²¹⁶.

Entretanto, de maio a julho (2016), desaparecem as notícias da guerra. Só a 8 de julho surge uma coluna breve com «Notas de guerra» mas marginais, secundárias face ao conteúdo noticioso de *O Açoriano Oriental*. No final do mês, numa breve coluna intitulada «A guerra» o jornal noticia, numa breve, o avanço dos aliados nas linhas alemãs, descrevendo:

“[...] Dos dois lados do rio Somme, 60 milhas ao norte de Paris, tendo avançado cerca de cinco milhas, tomado algumas povoações, muitas trincheiras numa fronteira de sete milhas. (...) Em alguns pontos, os alemães, por meio de contra-ataques efectuados com supremos esforços, conseguiram fazer recuar os ingleses, retomando o terreno perdido. (...) Depois das vitórias que acabamos de referir, um oficial inglês disse: “os alemães, com a sua preparação de 40 anos, hão-se submeter-se à nossa preparação de dois anos [...]”²¹⁷.

²¹⁴ *O Açoriano Oriental*, 1 de março de 1916, 1.

²¹⁵ *O Açoriano Oriental*, 25 de março de 1916, 1.

²¹⁶ *O Açoriano Oriental*, 22 de abril, 6 e 13 de maio de 1916, 1.

²¹⁷ *O Açoriano Oriental*, 29 de julho de 1916, 1.

De finais de julho a inícios de setembro, voltam a desaparecer as notícias da guerra que só regressam com a entrada da Roménia no conflito armado e porque José de Souza Calouro confia que a entrada deste país acelera o fim da contenda, quer pela sua posição geográfica, quer pelo seu exército que pode contribuir para a vitória dos aliados. Estava enganado, como sabemos, mas então a beligerância da Roménia foi considerada em título como «Assunto da ocasião».

A Roménia na guerra. Conta assim José de Souza Calouro:

“[...] Causou a maior satisfação entre os aliadófilos a entrada da Roménia na guerra e esta notícia correu como boa nova célere, deixando a mais grata impressão no íntimo dos que acompanham dia-a-dia o desenrolar do enorme drama da maior guerra de todos os tempos. A Roménia pela sua posição especial vem contribuir para a vitória dos aliados, abreviando deste modo a duração da guerra, pois o seu esplêndido exército compõe-se actualmente de perto de um milhão de homens bem armados e equipados – tropas frescas que invadirão a Áustria, permitindo a passagem das tropas russas que se dirigirão à Bulgária a esmagá-la. (...) As nações aliadas batalham em prol do direito e da justiça, em prol da civilização e da liberdade, que há-de raiar esbelta e esplendorosa no momento glorioso da vitória final. (...) A vitória dos impérios centrais seria a desgraça da Europa, seria o triunfo do militarismo prussiano, seria o aniquilamento da nossa querida pátria, que se acha igualmente em guerra com a Alemanha. (...) A Itália já declarou guerra à Alemanha e Portugal dentro de pouco tempo intervirá na luta ao lado dos ingleses que estão em França. É a revolta de quase toda a Europa contra a espada avassaladora do kaiser. Mas será vencido e pagará duramente a hecatombe que tem feito em vidas humanas, tendo toda a responsabilidade desta guerra [...]”²¹⁸.

A reação à censura

Portanto, como se percebe, *O Açoriano Oriental* vai mudando de rumo editorial ao longo da guerra. Assim como também vai adotando comportamentos diversos em relação à censura – censura de guerra.

Quando o governo decreta a censura prévia, em março de 1916, o jornal declara imediatamente conformar-se «com as medidas adotadas». Numa nota publicada na primeira página, com o título «Censura prévia», informa os leitores do seguinte: *“[...] Como foi decretado, já hoje o nosso jornal sai com a censura prévia, tendo sido nomeada uma comissão para tal fim. Por*

²¹⁸ *O Açoriano Oriental*, 2 de setembro de 1916, 1.

tal motivo o Açoriano apresenta hoje uns espaços em branco, cuja composição foi retirada. Nesta hora crítica, todos nós nos conformamos com as medidas adotadas [...]”²¹⁹.

Portanto, a ação da censura é visível nas páginas do semanário açoriano mas, sobretudo, na rubrica *Carta de Lisboa*, que começa a ser publicada no início de 1916, mas com irregularidade, só passando a semanal em setembro do mesmo ano. Trata-se de uma secção assinada por Justino, despachada de Lisboa para Ponta Delgada, via Funchal, e que é censurada em Lisboa, porque aborda assuntos de política interna e as questões da guerra, nomeadamente a constituição da Divisão do Corpo Expedicionário Português.

Além dos temas abordados na crónica, a forma como o cronista escreve, umas vezes afirmativa, outras interrogativa, mas sempre crítica, e por vezes até irónica, suscita a atenção da censura e dos leitores. Numa das crónicas escreve:

“[...] Como poder escrever-te? Hoje em dia só se escreve o que o governo quer. É por isso que, querendo narrar-te inúmeros e interessantes factos, vejo-me manietado e coacto por saber que serão cortadas todas as verdades que poderia contar aos nossos leitores. E isto sobre coisas militares, pois, quanto às políticas, o governo fez novo decreto autorizando a crítica ao governo e desta arte a plena liberdade de comentário. A política portuguesa apresenta neste momento um aspeto algo cómico, excêntrico. A política de compadrio e regedoria expande-se como sempre em todo o país. A liberdade é positivamente uma palavra vã e só é empregada nos inflamados reptos oratórios; mas o povo já não acredita, felizmente, nesses arrancos e verborreias. A realidade é bem o contraste das prometidas regalias [...]”²²⁰.

E noutra diz:

“[...] Não posso fielmente descrever-te as mil necessidades por que passamos atualmente, por que passa Lisboa e todo o continente. A guerra, causadora de todo este mal estar, vai-se repercutindo assustadoramente, de uma forma que as mais precisas e matemáticas previsões não podem, ao certo, dar uma pálida ideia do que nos poderá ainda suceder. Todos os artigos se acham caríssimos, num crescendo de preço contínuo. Tanto o açúcar, o peixe, a carne, os ovos, os legumes..., tudo tem tensão acrescida no preço, dificultando assim a vida, principalmente de quem

²¹⁹ O Açoriano Oriental, 8 de abril de 1916, 1.

²²⁰ O Açoriano Oriental, 17 de fevereiro de 1917, 1.

*vive, única e exclusivamente do seu parco ordenado, que não foi, além disso, aumentado. Da guerra, as notícias são mais ou menos vagas, contudo notam-se contínuos avanços dos aliados em todas as frentes. A ofensiva da Primavera deve ser terrível, estando os aliados mais do que preparados. Esperam-se grandes surpresas na frente ocidental, donde os aliados querem expulsar o inimigo de todo o território francês e belga. [...]*²²¹.

O jornal noticia ainda a instabilidade política e social, a carestia de vida e a escassez de géneros essenciais, responsabilizando sempre os governos da República, como acontece aquando dos bombardeamentos alemães à ilha de São Miguel, em 4 de julho de 1917, em que critica severamente «a insuficiência de defesa da ilha». Abre a primeira página com um artigo do Procurador à Junta Geral do Distrito de S. Miguel, Ayres Jácome Corrêa, com o título «A defesa da ilha», paginado em grandes parangonas, evidenciando que, em seu entender, o arquipélago dos Açores está defendido de modo insuficiente.

Atentemos nesse texto:

*“[...] Agora que os factos demonstram a insuficiência da defesa da ilha perante a ameaça dos submarinos alemães, e que está bem provado que a responsabilidade recai nos governos ditatoriais da República, nas câmaras legislativas e sobretudo nos representantes do distrito que não souberam demonstrar a situação mais do que grave da falta de artilharia moderna e munições de que dispunham as baterias de S. Brás; quando todos reconhecem a incapacidade dos fortins espalhados pelas costas, como o de S. Caetano, o de Rosto de Cão, o da Caloura, o da Ribeira Grande, o da Vila Franca, ..., agora que os acontecimentos do dia 4 de julho demonstram à evidência que as intenções dos germanos vão para gente portuguesa na mesma linha de conta do que para os franceses, e que as cidades pacíficas que vivem do comércio e da indústria, estão submetidas ao mesmo destino que as cidades fortificadas, próprias à guerra, e de que as terras situadas dentro do raio de ação no teatro das conquistas; agora, a ilha tem que tratar da sua defesa e o sacrifício de todos impõe-se à dignidade e garantia das vidas e das propriedades da população [...]*²²².

Entretanto, propõe uma subscrição pública para a reconstrução da ilha e afirma que o vapor carvoeiro *Orion*, no 4 de julho, foi eficaz. Tanto que...

²²¹ *O Açoriano Oriental*, 29 de março de 1917, 1.

²²² *O Açoriano Oriental*, 14 de julho de 1917, 1.

“[...] realizou perfeitamente todo o programa reconhecido à artilharia moderna de tiro rápido e de longo alcance nas condições e em igualdade de qualidades às que armam os navios alemães, mas os micalenses não podem nem devem ficar à mercê de um vapor estrangeiro armado em guerra para a defesa do transporte das mercadorias carregadas a seu bordo e que ancorado junto do molhe, no interior da doca, se arma em fortaleza em defesa da vida dos tripulantes e em garantia do carvão de abastecimento comprado ou depositado pela Casa Coalings para o aprovisionamento dos navios americanos. (...) A situação presente, apenas apoiada no cruzeiro de um cruzador que tem que acudir a nove ilhas e a três distritos, é uma loucura. (...) Alerta! Não se trata de um simples benefício passageiro, trata-se de, em bases positivas e definitivas, começar a organização e o estabelecimento da defesa do distrito de Ponta Delgada para garantia do seu comércio, da sua indústria e da sua agricultura [...]”²²³.

Portanto, o jornal continua a publicar com alguma liberdade, como verificamos neste artigo crítico relativamente à defesa insuficiente da ilha de São Miguel, e bem assim de todo o arquipélago dos Açores, bem como em muitos outros artigos, nomeadamente num de José de Souza Calouro, intitulado «Gangrena política», no qual critica a política dos governos nacionais, considerando que Portugal deveria...

“[...] regenerar-se, limpando-se os parasitas [...] que infetam o organismo nacional. (...) A política que presentemente se arvora nada tem de patriótica nem se coaduna com o sentir da grande maioria do povo português: é uma verdadeira ferida, escorrendo pus, a que nem os mais fortes cautérios poderão impedir o desmembramento das fibras que estão gangrenadas a valer [...]”²²⁴.

Aliás, mesmo perante a censura prévia, a reação de *O Açoriano Oriental* é peculiar, porquanto, ao perceber que os telegramas não relatam a realidade dos combates e, por isso mesmo, compreender que o curso da guerra é impossível de narrar com rigor jornalístico e o destino da guerra é uma incógnita, deixa de publicar esses telegramas, assim se explicando a ausência de notícias do conflito armado durante alguns períodos. E quando há notícias são relativas a ações concretas, como a chegada dos militares portugueses a França e o seu desempenho no *front*, sempre confiando que os fatores se conjugam para que a guerra termine durante

²²³ *O Açoriano Oriental*, 14 de julho de 1917, 1.

²²⁴ *O Açoriano Oriental* 17 de fevereiro de 1918, 1.

o ano de 1917 com a vitória dos aliados e o consequente restabelecimento da paz.

Entre o sidonismo e o integralismo lusitano

Entretanto, quando, em Lisboa, ocorre o golpe de Sidónio Pais, *O Açoriano Oriental* recebe o sidonismo com satisfação. Apesar de não conhecer Sidónio Pais, José de Souza Calouro confia na influência de Machado Santos e na novidade do presidencialismo, desejando que, após as eleições de abril de 1918, «a instabilidade» tenha um epílogo. A *Carta de Lisboa*, entretanto, elogia o regresso à capital de “[...] quase todos os oficiais aviadores portugueses que compunham a quinta arma do nosso Exército, em serviço na França [...]”²²⁵, bem como dos cruzadores auxiliares Gil Eanes e Pedro Nunes, trazendo a bordo grande número de militares portugueses combatentes na Flandres.

De seguida, explica como encostaram junto ao posto de desinfecção, onde se encontravam forças da guarda republicana para impedirem a passagem dos populares, bem como dezenas de profissionais de saúde, Cruz Vermelha, bombeiros, camiões do Exército... Como chegou Sidónio Pais, em automóvel, que entrou primeiro no Pedro Nunes e só depois no Gil Eanes, querendo saber, em ambos, informações relativas ao estado de saúde, bem como da natureza e gravidade dos ferimentos dos agora regressados elementos do CEP. Esclarece ainda que o desembarque foi feito «com toda a morosidade» de modo a que os recém chegados fossem imediatamente conduzidos aos transportes respetivos. São também indicados números de feridos.

A meio do ano de 1918, o jornal enfrenta dificuldades económicas, fica sem papel e é obrigado a fazer edições de apenas duas páginas. A situação é explicada aos leitores e anunciantes através de uma nota breve de redação:

“[...] Obrigados pela força das circunstâncias, e porque se acabou o stock do papel que tínhamos, não nos tendo vindo no “S. Miguel” o que esperávamos, passamos a dar o Açoriano em meia folha, compondo-o em tipo miúdo e suprimindo algumas secções de menor interesse. O papel estava-nos custando uma exorbitância por mês e assim com esta subida sempre crescente, sem outros recursos, a não ser o da assinatura e de meia dúzia de anúncios, cansamos no caminho e eis-nos ainda assim, com grande sacrifício pecuniário, a sustentarmos o jornal mais antigo do país – o velho Açoriano -, ameaçado de morte cruel, se à sua empresa não for dispensado um pequeno auxílio, como seria muito para desejar [...]”²²⁶.

²²⁵ *IBIDEM.*

²²⁶ *O Açoriano Oriental*, 15 de junho de 1918, 1.

A diminuição do número de páginas obriga à suspensão de diversas secções, porém a *Carta de Lisboa* mantém-se e passa a abrir a primeira página, continuando a dar conta da agitação política que se vive na capital portuguesa. A secção de Informações Breves começa sempre na primeira página e tem continuação na segunda. Alguns anúncios são a partir de agora publicados na primeira página e outros, menos relevantes, na página dois, quando, até então, os anúncios eram todos publicados na página quatro.

Perante o fim da guerra, *O Açoriano Oriental* publica um texto, que hoje denominaríamos como um editorial, não assinado, relativo à assinatura do armistício, com apenas doze curtos parágrafos, e surpreendente, sobretudo se recordarmos as oscilações editoriais do jornal face à política de guerra portuguesa. Neste texto, intitulado «A Paz», lê-se o seguinte:

“[...] Assinou-se enfim o armistício, e a paz daqui a pouco tempo será um facto consumado. A Alemanha abateu perante a energia invencível dos aliados, a águia imperial e altiva, que tentava, sonho louco!, avassalar o mundo. A águia imperial quebrou as asas, a soberba Alemanha caiu vencida! A causa dos aliados que se tornou, pouco depois, a causa dos portugueses, venceu, e os países latinos, a França, a Itália e Portugal, experimentados na luta das trincheiras, saberão, retemperados pela guerra, ganhar novos voos e um maior prestígio entre as nações do mundo. A França que Caillaux quis desarmar, primeiro, e que, mais tarde, pretendeu vender à Alemanha, a França foi encontrar na mocidade dos seus soldados energias perdidas e inéditas! É a França o país que mais admiramos pelo seu sacrifício e pelas virtudes raras dos seus soldados que nunca desfaleceram, nem nas horas de maior perigo, quando o monstro do norte, avançava terrível e feroz, despejando metralha, varrendo trincheiras.

De triunfo em triunfo e de milagre a milagre, a França dia a dia mais se fortalecia e engrandecia. Parecia que a alma de Joana D’Arc, a Santa, perpassava sobre as almas dos franceses, animando-os para a luta terrível. A guerra entre a Alemanha e a França foi a maior de todas, porque foi uma guerra de raça contra raça. Mas a raça latina a que Paris dá leis, a raça latina venceu. Diziam que os latinos tendiam a desaparecer. Mas a guerra veio dar à raça latina novas energias e uma nova alma. A paz muitas vezes perde, a guerra quase sempre salva. E a França venceu, não só porque esmagou a Alemanha, mas porque encontrou de novo a sua alma que não envelhecera. Glória aos soldados de França!

Portugal bendito, de terras que o sol aquece e fecunda, de praias lindas onde o mar canta e embala! Também tu Portugal de heróis e santos, saíste do teu marasmo e te retemperaste com o sangue quente e bom dos teus soldados! Portugal que parecias pequenino e

humilde, como tu és grande e glorioso! Hora sagrada é esta que a nossa pátria atravessa. Hora de glória e ressurreição! Benditas as mães que embalaram tamanhos soldados, bendita pátria que tantos heróis possui ainda! [...]”²²⁷.

Apesar deste texto recheado de figuras de retórica, não se pense que *O Açoriano Oriental* serenou nesta fase... Após o assassinato de Sidónio Pais, o jornal dá guarida ao Integralismo Lusitano, justificando a sua adesão com o facto de se ter formado um Núcleo Micaelense de Propaganda Integralista para “[...] reaportuguesar Portugal e dar aos Açores uma feição inteiramente açoriana [...]”.

É sempre esta a estratégia do jornal. Os desvios editoriais acontecem, mas a feição regionalista nunca é abandonada. Todos os desvios são norteados pelo que, em cada momento, mais interessa aos Açores. É exemplo desse regionalismo a publicação de um artigo do jornal *O Popular*, de New Bedford (EUA), sobre as aspirações de autonomia dos Açores no pós guerra. O artigo tem, pelo menos, oito cortes da censura, começando pelo título que se percebe, perfeitamente, tratar-se de «Autonomia dos Açores». A palavra autonomia não aparece, ficando o título na situação ridícula de «..... dos Açores». O experiente periódico açoriano sabe, portanto, fazer uso da manobra experimentada pelos jornais de Lisboa e Porto que percebem, em tempo útil, que quanto mais cortes a censura faz, maior é a quantidade de espaços em branco e, quanto mais têm espaços em branco, mais curiosidade suscitam nos leitores.

Os jornais do continente contestam, provocam, contornam e utilizam a censura em proveito próprio. E, na hora da paz, elogiam Portugal e os exércitos portugueses que combateram na Flandres e em África. *O Açoriano Oriental* não contesta a censura mas, no restante, segue a mesma opção editorial, como constatamos neste outro texto também intitulado «A Paz» e que refere o seguinte:

“[...] Após longos momentos de ansiedade, foi finalmente assinado o Tratado de Paz com a Alemanha. Venceu finalmente a força do direito que durante muitos anos se julgara subjogado pelo direito da força. Somos pequeninos mas a nossa pequenez ainda nesta guerra deu mais um exemplo do seu valor, da sua audácia e da sua coragem! Foi ainda nesta guerra que a nossa pátria portuguesa pequena em territórios, mas grande em feitos heróicos, deu ao universo a mais sublime lição da sua honra e da sua lealdade. Entrando na guerra cumpriu um dever de dignidade e de carácter. Viu-se com que fé se bateram os nossos soldados,

²²⁷ *O Açoriano Oriental*, 16 de novembro de 1918, 1.

viu-se como dignamente se abateram as bandeiras das fações políticas adversas e todos unidos como se fossem todos uma só fé e uma só crença, lá foram bater-se, regando com o seu sangue os campos da honra e gravando o nome português nos anais da história universal, como nome de um povo amantíssimo da sua pátria e da sua dignidade [...]”²²⁸.

E mesmo perante o facto de Portugal não receber as compensações pretendidas, *O Açoriano Oriental* não desarma:

“[...] Nem por isso nos devemos arrepender de termos cumprido nobremente o nosso dever, pondo-nos ao lado daqueles que julgamos merecedores da nossa lealdade. Demos um grande exemplo e se não formos recompensados dignamente, nunca maldigamos a hora em que ao mundo inteiro demos a prova mais edificante de que em todos os tempos e em todas as ocasiões, sejam elas quais forem, sabemos sempre ser fiéis e leais aos nossos compromissos de honra, quando se trata de dignificar a nossa querida e muito amada pátria portuguesa”²²⁹.

Conclusão

Em suma, *O Açoriano Oriental*, semanário importante no tempo da guerra, beneficia de ampla liberdade de expressão até à instauração da censura prévia em março de 1916.

A partir daqui, é vigiado pela censura de forma idêntica aos jornais do continente. E, dizemos idêntica, porque, de facto, tem menos cortes da censura do que os diários e semanários de Portugal continental.

Aliás, a maior parte dos cortes de *O Açoriano Oriental* são feitos na rubrica *Carta de Lisboa* que vem de Lisboa para Ponta Delgada e é censurada no continente.

Ainda assim, esta multiplicidade de critérios das comissões de censura, tão criticada pelos jornais do continente, também é visível em *O Açoriano Oriental*, como evidenciam algumas crónicas. A ironia, frequentemente usada pelos jornais do continente face ao desempenho dos censores, é também utilizada por *O Açoriano Oriental*, ao ponto de denominar a censura por «D. Censura».

O Açoriano Oriental segue sempre a linha editorial que é mais favorável aos Açores. Ou seja: assume uma política editorial regionalista. É por isso que, no período da guerra (1914-1918), são notórias as mudanças de orientação editorial.

²²⁸ *O Açoriano Oriental*, 5 de julho de 1919, 1.

²²⁹ *IBIDEM*.

Primeiro é pró aliado, ora próximo do Partido Republicano Português/*Partido Democrático*, ora seguidor da União Republicana. Depois, é germanófilo. De seguida, é sidonista. E, após a morte de Sidónio Pais, é integralista.

Sempre, contudo, sem contestar a Censura, mas provocando-a, contornando-a, utilizando-a mesmo em proveito próprio, para apelar à atenção dos leitores. Como é publicado fora de Lisboa, e mesmo do continente, não é objeto da propaganda política e de guerra que incide sobre os principais jornais nacionais da época.

Assim, comparativamente com outros jornais do continente, tem maior liberdade de expressão, que sabe utilizar, tal como sabe aproveitar a evolução das tendências políticas nacionais e o imprevisível caminho da Primeira Guerra Mundial.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- Açoriano Oriental (O)*, Ponta Delgada: Tipografia de O Açoriano Oriental, 1914 – 1919.
- AFONSO, Aniceto e Carlos de Matos Gomes, *Portugal e a Grande Guerra. 1914.1918*, Lisboa, QuidNovi, 2010.
- CÁDIMA, Francisco Rui, *História e Crítica da Comunicação*, Lisboa, editora Século XXI, 2002.
- CARVALHO, Alberto Arons de, *A Censura e as Leis de Imprensa*, Lisboa, Presença, 1973.
- LEMONS, Mário Matos, *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um Dicionário*, Coimbra, editora Areadne, 2006.
- NOVAIS, Noémia Malva, *João Chagas. A Diplomacia e a Guerra. 1914-1918*, Coimbra, Minerva Coimbra, 2006.
- NOVAIS, Noémia Malva, “Portugal perante a Guerra. Argumentação e eficácia persuasiva na escrita de João Chagas”, in Sardica, José Miguel (coord.), *Comunicação & Cultura, Imagens da República*, n.º 8, Lisboa, FCHS – Universidade Católica, 2009.
- NOVAIS, Noémia Malva, “A Imprensa na Primeira Guerra Mundial. O olhar de O Açoriano Oriental”, in Cordeiro, Carlos e Silva, Susana Serpa (coord.), *A História da Imprensa e a Imprensa na História. O contributo dos Açores*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2009.
- NOVAIS, Noémia Malva, “*I República, Periodização*”, in Rollo, Maria Fernanda e Outros (dir.), *Dicionário da História da I República e do Republicanismo*, Assembleia da República, Lisboa, Assembleia da República, 2014.
- NOVAIS, Noémia Malva, Ana Paula Pires e Maria Fernanda Rollo, *War and Propaganda in the XXth Century*, Lisboa, IHC, 2013.
- NOVAIS, Noémia Malva, *Imprensa e I Guerra Mundial. Censura e Propaganda. 1914-1918*, Lisboa, Caleidoscópio, 2006.
- TENGARRINHA, José Manuel, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1965.